

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 23

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 23 |
| 1.1. Constituição: conceito | 23 |
| 1.2. Constituição: estrutura | 26 |
| 1.3. Direito Constitucional | 27 |
| 1.4. Constitucionalismo | 27 |
| 2. Concepções de Constituição | 32 |
| 2.1. Introdução | 32 |
| 2.2. Constituição sob o prisma sociológico | 32 |
| 2.3. Constituição sob o aspecto político | 32 |
| 2.4. Constituição em sentido jurídico | 33 |
| 2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados) | 34 |
| 3. Classificação das Constituições | 35 |
| 3.1. Quanto à origem | 35 |
| 3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação) | 36 |
| 3.3. Quanto à forma | 39 |
| 3.4. Quanto ao modo de elaboração | 39 |
| 3.5. Quanto à extensão | 40 |
| 3.6. Quanto ao conteúdo | 41 |
| 3.7. Quanto à finalidade | 42 |
| 3.8. Quanto à interpretação | 42 |
| 3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico | 43 |
| 3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática) | 44 |
| 3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática) | 45 |
| 3.12. Quanto ao sistema | 45 |
| 3.13. Quanto ao local da decretação | 46 |
| 3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição) | 46 |
| 3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto) | 47 |
| 3.16. Outras classificações | 47 |
| 4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais | 49 |
| 4.1. Introdução | 49 |

| | |
|---|----|
| 4.2. A classificação de José Afonso da Silva | 50 |
| 4.3. A classificação de Maria Helena Diniz | 52 |
| 4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos | 52 |
| 4.5. Críticas | 52 |
| 5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis | 52 |
| 5.1. Princípio da supremacia da Constituição | 53 |
| 5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição | 53 |
| 5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis | 54 |
| 5.4. Princípio da unidade da Constituição | 54 |
| 5.5. Princípio da força normativa | 54 |
| 5.6. Princípio do efeito integrador | 55 |
| 5.7. Princípio da concordância prática ou harmonização | 55 |
| 5.8. Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva) | 55 |
| 5.9. Princípio da conformidade funcional ou justeza | 56 |
| 6. Elementos da Constituição | 56 |
| 7. Breve histórico das Constituições Brasileiras | 57 |
| 8. Quadro sinótico | 62 |
| 9. Questões | 72 |
| 9.1. Questões objetivas | 72 |
| 9.2. Questão discursiva | 74 |
| Gabarito – questões objetivas | 74 |
| Gabarito – questão discursiva | 77 |

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODERES DERIVADOS (DECORRENTE, REFORMADOR E DIFUSO) 79

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 79 |
| 2. Natureza do poder constituinte | 80 |
| 3. Titularidade | 81 |
| 4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte) | 82 |
| 5. Espécies | 83 |
| 6. Características do poder constituinte originário | 85 |

| | | | |
|---|-----|--|-----|
| 7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário | 88 | 7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais | 151 |
| 8. O poder constituinte supranacional | 89 | 8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal) | 152 |
| 9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional..... | 89 | 9. Colisão de direitos fundamentais | 154 |
| 10. Poderes constituídos | 90 | 10. Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna..... | 156 |
| 10.1. Introdução | 90 | 11. Direitos Fundamentais: limites dos limites..... | 158 |
| 10.2. Espécies..... | 91 | 12. Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos..... | 160 |
| 10.2.1. Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente)..... | 92 | 13. Classificação dos direitos fundamentais..... | 162 |
| 10.2.2. Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais) | 95 | 14. Quadro sinótico | 163 |
| 10.2.2.1. Introdução..... | 95 | 15. Questões..... | 165 |
| 10.2.2.2. Limitações expressas..... | 96 | 15.1. Questões objetivas | 165 |
| 10.2.2.3. Limitações implícitas..... | 106 | 15.2. Questão discursiva..... | 167 |
| 10.3. Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988 | 111 | Gabarito – questões objetivas | 167 |
| 10.3.1. A revisão constitucional | 111 | Gabarito – questão discursiva..... | 170 |
| 10.3.2. A mutação constitucional | 114 | | |
| 11. Quadro sinótico | 115 | | |
| 12. Questões..... | 120 | | |
| 12.1. Questões objetivas | 120 | | |
| Gabarito – questões objetivas | 122 | | |

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL..... 125

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 125 |
| 2. A entrada em vigor de uma nova Constituição..... | 125 |
| 2.1. Revogação da Constituição pretérita..... | 125 |
| 2.2. Recepção dos diplomas infraconstitucionais | 126 |
| 3. Repristinação | 131 |
| 4. Recepção material de normas constitucionais | 132 |
| 5. Quadro sinótico | 133 |
| 6. Questões..... | 134 |
| 6.1. Questões objetivas | 134 |
| 6.2. Questões discursivas | 135 |
| Gabarito – questões objetivas | 136 |
| Gabarito – questões discursivas | 137 |

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..... 141

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 141 |
| 2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos. Distinção entre "Direitos" e "Garantias"..... | 142 |
| 3. Gerações de direitos fundamentais..... | 144 |
| 4. Características dos direitos fundamentais..... | 145 |
| 5. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais..... | 149 |
| 6. Destinatários dos direitos fundamentais..... | 150 |

| | |
|--|-----|
| 7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais | 151 |
| 8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal) | 152 |
| 9. Colisão de direitos fundamentais | 154 |
| 10. Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna..... | 156 |
| 11. Direitos Fundamentais: limites dos limites..... | 158 |
| 12. Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos..... | 160 |
| 13. Classificação dos direitos fundamentais..... | 162 |
| 14. Quadro sinótico | 163 |
| 15. Questões..... | 165 |
| 15.1. Questões objetivas | 165 |
| 15.2. Questão discursiva..... | 167 |
| Gabarito – questões objetivas | 167 |
| Gabarito – questão discursiva..... | 170 |

CAPÍTULO 5

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS 173

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 173 |
| 2. Direito à vida..... | 174 |
| 2.1. Introdução | 174 |
| 2.2. Questões controversas | 174 |
| 2.2.1. Princípio da vida humana | 175 |
| 2.2.2. Aborto..... | 176 |
| 2.2.3. Eutanásia e ortotanásia | 178 |
| 3. Direito à privacidade..... | 179 |
| 3.1. Introdução | 179 |
| 3.2. Direito à intimidade..... | 179 |
| 3.3. Direito à vida privada | 179 |
| 3.4. Direito à honra e à imagem | 180 |
| 3.5. Outros debates acerca da privacidade e intimidade: direito ao esquecimento e proteção às mensagens de WhatsApp | 180 |
| 3.6. Sigilos pessoais | 184 |
| 3.6.1. Sigilo do domicílio | 184 |
| 3.6.2. Sigilo de correspondência..... | 187 |
| 3.6.3. Sigilo de dados | 187 |
| 3.6.3.1. Dados bancários..... | 187 |
| 3.6.3.2. Dados fiscais..... | 191 |
| 3.6.3.3. Dados telefônicos..... | 191 |
| 3.7. Sigilo das comunicações..... | 191 |
| 3.7.1. Sigilo das comunicações telegráficas..... | 191 |
| 3.7.2. Sigilo das comunicações telefônicas..... | 191 |
| 4. Direito à igualdade | 193 |
| 4.1. Introdução | 193 |
| 4.2. Princípio da isonomia X ações afirmativas | 194 |
| 4.3. Igualdade entre homens e mulheres..... | 198 |
| 4.4. Igualdade e identidade de gênero..... | 199 |

| | | | | | |
|--------|---|-----|-------|--|-----|
| 4.5. | Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público..... | 201 | 34. | <i>Habeas corpus</i> | 245 |
| 4.6. | Proteção à pessoa com deficiência e critérios de admissão em concurso público..... | 204 | 35. | Mandado de segurança | 245 |
| 5. | Direito à liberdade | 205 | 36. | Mandado de segurança coletivo..... | 245 |
| 5.1. | Introdução | 205 | 37. | Mandado de injunção..... | 245 |
| 5.2. | Liberdade de ação | 207 | 38. | <i>Habeas data</i> | 245 |
| 5.3. | Liberdade de pensamento e manifestação .. | 207 | 39. | Ação popular | 246 |
| 5.4. | Liberdade de consciência, crença e culto | 209 | 40. | Assistência jurídica estatal..... | 246 |
| 5.5. | Liberdade de profissão | 217 | 41. | Erro judiciário | 246 |
| 5.6. | Liberdade de locomoção | 219 | 42. | Gratuidade..... | 246 |
| 5.7. | Liberdade de reunião | 221 | 43. | Isenção de custas e despesas judiciais | 246 |
| 5.8. | Liberdade de associação..... | 223 | 44. | Direito à razoável duração do processo..... | 246 |
| 6. | Direito à propriedade | 224 | 45. | Proteção geral de dados | 247 |
| 6.1. | Introdução | 224 | 46. | Quadro sinótico | 248 |
| 6.2. | Função social da propriedade | 224 | 47. | Questões..... | 259 |
| 6.3. | Limitações ao direito de propriedade | 226 | 47.1. | Questões objetivas..... | 259 |
| 6.3.1. | Desapropriação..... | 226 | | Gabarito – questões objetivas | 260 |
| 6.3.2. | Requisição..... | 227 | | | |
| 6.3.3. | Expropriação ou confisco..... | 229 | | | |
| 6.3.4. | Usucapião | 229 | | | |
| 7. | Direito à propriedade intelectual | 230 | | | |
| 8. | Direito à propriedade industrial | 230 | | | |
| 9. | Direito à herança e sucessão | 230 | | | |
| 10. | Defesa do consumidor | 230 | | | |
| 11. | Direito genérico à informação | 230 | | | |
| 12. | Direito de petição e direito à obtenção de certidões | 230 | | | |
| 13. | Inafastabilidade do judiciário | 231 | | | |
| 14. | Limitação a retroatividade da lei | 231 | | | |
| 15. | Juiz natural..... | 232 | | | |
| 16. | Tribunal do júri..... | 233 | | | |
| 17. | Legalidade penal e irretroatividade da lei penal... | 234 | | | |
| 18. | Práticas discriminatórias e crimes inafiançáveis... | 235 | | | |
| 19. | Intranscendência da pena | 237 | | | |
| 20. | Individualização da pena | 237 | | | |
| 21. | Vedação de penas..... | 238 | | | |
| 22. | Direitos assegurados aos presos..... | 238 | | | |
| 23. | Extradição (brasileiro nato e naturalizado)..... | 240 | | | |
| 24. | Extradição (estrangeiro)..... | 240 | | | |
| 25. | Juiz natural..... | 240 | | | |
| 26. | Devido processo legal | 240 | | | |
| 27. | Contraditório e ampla defesa | 241 | | | |
| 28. | Provas ilícitas | 241 | | | |
| 29. | Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade | 242 | | | |
| 30. | Identificação criminal | 244 | | | |
| 31. | Ação penal privada subsidiária da pública..... | 244 | | | |
| 32. | Publicidade dos atos processuais | 244 | | | |
| 33. | Prisão civil por dívida | 244 | | | |

CAPÍTULO 6

DIREITOS SOCIAIS..... 263

| | | |
|-------|--|-----|
| 1. | Introdução | 263 |
| 2. | Notícias históricas..... | 264 |
| 3. | Finalidade | 264 |
| 4. | Sujeito passivo dos direitos sociais..... | 265 |
| 5. | Classificação dos direitos sociais | 265 |
| 6. | Reserva do possível | 272 |
| 6.1. | Introdução | 272 |
| 6.2. | Notícias históricas..... | 272 |
| 6.3. | A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio..... | 273 |
| 7. | Mínimo existencial..... | 276 |
| 8. | Judicialização do direito à saúde | 277 |
| 9. | Vedação do retrocesso | 281 |
| 10. | Quadro sinótico | 283 |
| 11. | Questões..... | 285 |
| 11.1. | Questões objetivas | 285 |
| | Gabarito – questões objetivas | 287 |

CAPÍTULO 7

DIREITO DE NACIONALIDADE..... 291

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Introdução | 291 |
| 1.1. | Conceitos relacionados à matéria | 292 |
| 2. | Espécies de nacionalidade | 295 |
| 2.1. | Nacionalidade primária | 295 |
| 2.1.1. | Crítérios de atribuição | 295 |
| 2.1.2. | Hipóteses de aquisição | 296 |
| 2.2. | Nacionalidade secundária (ou adquirida).... | 300 |
| 2.3. | Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação)..... | 304 |
| 3. | Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados | 305 |

| | | | | | |
|---|--|-----|---------------------------------------|--|-----|
| 4. | Extradição | 310 | 11.2. | Questão discursiva..... | 375 |
| 5. | Perda do direito de nacionalidade..... | 315 | | Gabarito – questões objetivas | 375 |
| 6. | Art. 13, CF/88..... | 319 | | Gabarito – questão discursiva..... | 378 |
| 7. | Quadro sinótico | 319 | CAPÍTULO 9 | | |
| 8. | Questões..... | 322 | AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 379 | | |
| | 8.1. Questões objetivas | 322 | 1. | Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional) | 379 |
| | 8.2. Questão discursiva..... | 324 | | 1.1. Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965 | 379 |
| | Gabarito – questões objetivas | 324 | | 1.2. Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995 | 380 |
| | Gabarito – questão discursiva..... | 326 | 2. | <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88)..... | 380 |
| CAPÍTULO 8 | | | | 2.1. Introdução | 380 |
| DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS..... 329 | | | | 2.2. Legitimidade..... | 381 |
| 1. | Introdução | 329 | | 2.3. Espécies..... | 381 |
| 2. | Conceito..... | 329 | | 2.4. Cabimento | 382 |
| 3. | Classificação dos direitos políticos..... | 330 | | 2.5. Pressuposto lógico e especificidades | 384 |
| 4. | Direitos políticos positivos..... | 330 | | 2.6. Competência | 386 |
| | 4.1. Soberania popular | 330 | | 2.7. Procedimento..... | 388 |
| | 4.1.1. Direito de sufrágio | 330 | | 2.8. Sistema recursal | 388 |
| | 4.1.2. Direito de voto e escrutínio | 331 | | 2.9. Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos..... | 389 |
| | 4.1.3. Ação popular..... | 333 | | 2.10. Do cabimento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência | 389 |
| | 4.1.4. Iniciativa popular de leis | 333 | 3. | Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009)..... | 391 |
| | 4.1.5. Plebiscito e referendo | 334 | | 3.1. Introdução..... | 391 |
| | 4.1.6. Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa | 336 | | 3.2. Cabimento | 391 |
| | 4.1.7. Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva | 338 | | 3.3. Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual..... | 392 |
| 5. | Direitos políticos negativos..... | 341 | | 3.4. Competência | 393 |
| | 5.1. Introdução | 341 | | 3.5. Legitimidade ativa e passiva..... | 395 |
| | 5.2. Perda de direitos políticos..... | 341 | | 3.6. Procedimento..... | 396 |
| | 5.3. Suspensão de direitos políticos | 341 | | 3.7. Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança | 396 |
| 6. | Inelegibilidades..... | 344 | | 3.8. Efeitos da decisão e recursos..... | 397 |
| | 6.1. Introdução..... | 344 | | 3.9. Prazo para impetração do mandado de segurança | 399 |
| | 6.2. Classificação | 345 | 4. | Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88) | 400 |
| | 6.3. Inelegibilidade absoluta | 346 | | 4.1. Introdução..... | 400 |
| | 6.4. Inelegibilidades relativas | 346 | | 4.2. Hipóteses de cabimento..... | 401 |
| 7. | Ação de impugnação de mandato eletivo | 355 | | 4.3. Legitimidade ativa e passiva..... | 401 |
| 8. | Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral | 356 | | 4.4. Competência | 402 |
| 9. | Partidos Políticos | 358 | | 4.5. Procedimento..... | 402 |
| | 9.1. Introdução..... | 358 | | 4.6. Efeitos da decisão..... | 403 |
| | 9.2. Conceito | 358 | | | |
| | 9.3. Notícias históricas..... | 358 | | | |
| | 9.4. Natureza jurídica e requisitos para criação | 359 | | | |
| | 9.5. Liberdade e autonomia partidária..... | 361 | | | |
| | 9.6. Fidelidade partidária | 364 | | | |
| | 9.7. Financiamento dos Partidos | 366 | | | |
| | 9.8. Participação política das mulheres..... | 367 | | | |
| 10. | Quadro sinótico | 369 | | | |
| 11. | Questões..... | 373 | | | |
| | 11.1. Questões objetivas | 373 | | | |

| | | | |
|--|-----|--|------------|
| 4.7. Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança | 403 | 4.4. Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas..... | 449 |
| 5. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e Lei nº 13.300/2016) | 405 | 4.5. Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau | 450 |
| 5.1. Notícias históricas e conceito | 405 | 4.6. O Pensamento do possível no federalismo cooperativo | 450 |
| 5.2. Requisitos para o cabimento | 406 | 5. A federação na Constituição da República de 1988..... | 452 |
| 5.3. Legitimidade ativa e passiva | 408 | 5.1. Introdução | 452 |
| 5.4. Competência | 410 | 5.2. União | 452 |
| 5.5. Procedimento | 410 | 5.3. Estados-membros..... | 453 |
| 5.6. Decisão e recursos cabíveis | 411 | 5.4. Municípios | 454 |
| 5.7. O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção..... | 412 | 5.5. Distrito Federal | 454 |
| 6. Habeas data (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997) | 415 | 5.6. Territórios Federais..... | 455 |
| 6.1. Introdução | 415 | 6. Formação de novos Estados e Municípios..... | 457 |
| 6.2. Cabimento | 416 | 6.1. Introdução | 457 |
| 6.3. Legitimidade ativa e passiva..... | 417 | 6.2. Formação de novos Estados | 457 |
| 6.4. Competência | 418 | 6.3. Formação de novos Municípios..... | 461 |
| 6.5. Procedimento | 420 | 7. Vedações constitucionais..... | 463 |
| 6.6. Decisão | 421 | 8. Repartição constitucional de competências..... | 463 |
| 7. Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965) | 422 | 8.1. Introdução | 463 |
| 7.1. Introdução | 422 | 8.2. Princípios norteadores | 464 |
| 7.2. Conceito | 422 | 8.3. Técnicas de repartição | 465 |
| 7.3. Espécies..... | 422 | 8.4. Competências da União..... | 466 |
| 7.4. Requisitos | 423 | 8.4.1. Materiais exclusivas – art. 21, CF/88..... | 466 |
| 7.5. Legitimidade ativa e passiva..... | 424 | 8.4.2. Legislativas privativas – art. 22, CF/88..... | 471 |
| 7.6. Competência | 425 | 8.4.3. Materiais comuns – art. 23, CF/88..... | 488 |
| 7.7. Procedimento | 426 | 8.4.4. Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88..... | 489 |
| 7.8. Decisão na ação popular | 426 | 8.5. Competências dos Estados-membros | 497 |
| 8. Quadro sinótico | 427 | 8.6. Competências dos Municípios..... | 500 |
| 9. Questões..... | 436 | 8.7. Competências do Distrito Federal | 505 |
| 9.1. Questões objetivas | 436 | 9. Quadro sinótico | 507 |
| 9.2. Questões discursivas | 437 | 10. Questões..... | 512 |
| Gabarito – questões objetivas | 438 | 10.1. Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado | 512 |
| Gabarito – questões discursivas | 440 | Gabarito – questões objetivas | 514 |
| | | 10.2. Questões objetivas – Repartição constitucional de competências..... | 516 |
| | | Gabarito – questões objetivas | 517 |
| | | 10.3. Questão discursiva..... | 520 |
| | | Gabarito – questão discursiva..... | 520 |
| | | CAPÍTULO 11 | |
| | | INTERVENÇÃO | 523 |
| | | 1. Introdução | 523 |
| | | 2. Conceito..... | 523 |
| | | 3. Princípios que regem o processo interventivo | 524 |

CAPÍTULO 10**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO****443**

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 443 |
| 2. Forma de Estado..... | 443 |
| 3. Tipologias de formas de Estado | 443 |
| 3.1. Estado unitário | 443 |
| 3.2. Estado federado | 444 |
| 3.3. Outras formas de Estado | 446 |
| 4. Classificação das federações..... | 447 |
| 4.1. Quanto à origem (ou formação)..... | 448 |
| 4.2. Quanto à atual concentração de poder..... | 448 |
| 4.3. Quanto à repartição de competências | 449 |

CAPÍTULO 11**INTERVENÇÃO****523**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 523 |
| 2. Conceito..... | 523 |
| 3. Princípios que regem o processo interventivo | 524 |

| | | | | | |
|--------------------------------|---|-----|--------|---|-----|
| 3.1. | Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida) | 524 | 6.5. | Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo | 604 |
| 3.2. | Princípio da taxatividade | 524 | 6.5.1. | Âmbito estadual e distrital..... | 604 |
| 3.3. | Princípio da temporariedade..... | 525 | 6.5.2. | Âmbito municipal..... | 606 |
| 4. | Espécies de intervenção | 525 | 6.6. | Foro por prerrogativa de função | 607 |
| 4.1. | Intervenção federal | 525 | 6.6.1. | Introdução..... | 607 |
| 4.2. | Intervenção estadual..... | 532 | 6.6.2. | Foro especial para os congressistas | 608 |
| 5. | Quadro sinótico | 533 | 6.6.3. | Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores | 616 |
| 6. | Questões..... | 535 | 7. | Incompatibilidades | 618 |
| 6.1. | Questões objetivas | 535 | 8. | Hipóteses de perda do mandato | 619 |
| | Gabarito – questões objetivas | 537 | 8.1. | A cassação e a extinção do mandato..... | 619 |
| | | | 8.1.1. | Cassação | 619 |
| | | | 8.1.2. | Extinção | 620 |
| | | | 8.1.3. | A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista | 621 |
| | | | 8.1.4. | Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato..... | 624 |
| | | | 8.2. | A perda como decorrência da desfiliação partidária sem justa causa ou anuência do partido | 624 |
| | | | 8.3. | A impossibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar | 627 |
| | | | 8.4. | A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal determinar a suspensão de um parlamentar de suas funções | 627 |
| | | | 9. | Hipóteses que não ensejam a perda do mandato | 629 |
| | | | 10. | Tribunal de Contas..... | 630 |
| | | | 10.1. | Introdução | 630 |
| | | | 10.2. | Composição do Tribunal de Contas da União | 631 |
| | | | 10.3. | Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas..... | 632 |
| | | | 10.4. | Atribuições dos Tribunais de Contas e a prerrogativa para apresentação de projetos de lei | 634 |
| | | | 10.5. | Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade..... | 641 |
| | | | 10.6. | Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União | 642 |
| | | | 10.7. | Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios..... | 642 |
| | | | 10.8. | Comentários finais sobre as Cortes de contas | 644 |
| | | | 11. | Quadro sinótico | 645 |
| | | | 12. | Questões..... | 652 |
| | | | 12.1. | Questões objetivas | 652 |
| | | | | Gabarito – questões objetivas | 654 |
| CAPÍTULO 12 | | | | | |
| PODER LEGISLATIVO | | | | | |
| 1. | Introdução | 541 | | | |
| 2. | Estrutura do Poder Legislativo..... | 543 | | | |
| 3. | Composição e atribuições das Casas Legislativas | 544 | | | |
| 3.1. | Câmara dos Deputados | 544 | | | |
| 3.2. | Senado Federal..... | 548 | | | |
| 3.3. | Quadro comparativo da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal | 551 | | | |
| 3.4. | Assembleias Legislativas..... | 552 | | | |
| 3.5. | Câmara Legislativa do Distrito Federal | 553 | | | |
| 3.6. | Câmaras Municipais | 554 | | | |
| 4. | Funcionamento e direção do Poder Legislativo.... | 554 | | | |
| 4.1. | Noções introdutórias..... | 554 | | | |
| 4.2. | Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura | 555 | | | |
| 4.3. | Sessões preparatórias e Mesas Diretoras.. | 557 | | | |
| 4.4. | Sessão conjunta..... | 562 | | | |
| 5. | Das Comissões Parlamentares | 562 | | | |
| 5.1. | Introdução | 562 | | | |
| 5.2. | Comissão representativa do Congresso Nacional..... | 563 | | | |
| 5.3. | Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) | 564 | | | |
| 5.3.1. | Introdução..... | 564 | | | |
| 5.3.2. | Notícias históricas | 564 | | | |
| 5.3.3. | As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988 | 566 | | | |
| 6. | Imunidades dos congressistas | 587 | | | |
| 6.1. | Introdução | 587 | | | |
| 6.2. | Imunidade material | 590 | | | |
| 6.3. | Imunidades formais..... | 594 | | | |
| 6.3.1. | Imunidade formal relativa à prisão (<i>freedom from arrest</i>)..... | 595 | | | |
| 6.3.2. | Imunidade formal relativa ao processo | 600 | | | |
| 6.4. | Imunidade testemunhal (ou probatória) | 603 | | | |

CAPÍTULO 13**PROCESSO LEGISLATIVO 659**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 659 |
| 2. Espécies de processo legislativo | 661 |
| 3. Espécies normativas | 662 |
| 3.1. Introdução | 662 |
| 3.2. Leis ordinárias – processo legislativo ordinário | 662 |
| 3.3. Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88) | 685 |
| 3.4. Leis complementares..... | 686 |
| 3.5. Leis delegadas | 689 |
| 3.6. Medidas Provisórias | 691 |
| 3.6.1. Introdução..... | 691 |
| 3.6.2. Legitimidade para a edição | 692 |
| 3.6.3. Pressupostos constitucionais legitimadores..... | 693 |
| 3.6.4. Limites materiais à edição..... | 693 |
| 3.6.5. Produção de efeitos (eficácia da medida)..... | 696 |
| 3.6.6. Procedimento | 696 |
| 3.6.7. Rejeição e conversão da MP em lei | 699 |
| 3.6.8. Últimas observações sobre as medidas provisórias | 701 |
| 3.7. Decretos legislativos..... | 703 |
| 3.8. Resoluções..... | 704 |
| 4. Quadro sinótico | 705 |
| 5. Questões..... | 712 |
| 5.1. Questões objetivas | 712 |
| Gabarito – questões objetivas | 714 |

CAPÍTULO 14**PODER EXECUTIVO 719**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 719 |
| 2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo | 720 |
| 3. Sistemas de Governo | 720 |
| 3.1. Introdução | 720 |
| 3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo | 720 |
| 3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo)..... | 723 |
| 3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras..... | 723 |
| 4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988..... | 724 |
| 5. Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República | 728 |
| 6. Posse..... | 733 |
| 7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância | 734 |

| | |
|--|-----|
| 8. Licença | 740 |
| 9. Atribuições do Presidente da República | 740 |
| 10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos..... | 744 |
| 10.1. Introdução | 744 |
| 10.2. Conselho da República | 744 |
| 10.3. Conselho de Defesa Nacional | 744 |
| 11. Imunidades | 745 |
| 11.1. Imunidades do Presidente da República | 745 |
| 11.2. Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos..... | 748 |
| 12. Responsabilidade do Presidente da República | 750 |
| 12.1. Introdução | 750 |
| 12.2. Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados | 751 |
| 12.3. Crimes comuns | 754 |
| 12.4. Crimes de responsabilidade | 755 |
| 13. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos..... | 760 |
| 14. Conclusões finais sobre a perda do mandato..... | 764 |
| 15. Quadro sinótico | 765 |
| 16. Questões..... | 769 |
| 16.1. Questões objetivas | 769 |
| Gabarito – questões objetivas | 770 |

CAPÍTULO 15**PODER JUDICIÁRIO 775**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 775 |
| 2. Órgãos do Poder Judiciário | 777 |
| 2.1. Organograma do Poder Judiciário | 778 |
| 2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário | 779 |
| 2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso | 780 |
| 2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse | 780 |
| 3. Princípios de observância obrigatória no estatuto da magistratura..... | 781 |
| 4. A regra do quinto constitucional | 785 |
| 4.1. O quinto constitucional e o “pensamento do possível” | 787 |
| 5. Garantias do Poder Judiciário | 788 |
| 5.1. Introdução | 788 |
| 5.2. Garantias institucionais | 788 |
| 5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa | 788 |
| 5.2.2. Garantias de autonomia financeira | 790 |
| 5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos)..... | 790 |
| 5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários | 791 |

| | | | |
|---|-----|---|------------|
| 5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários | 793 | 12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88) | 840 |
| 6. Conselho Nacional de Justiça | 795 | 13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88) | 842 |
| 6.1. Aspectos introdutórios | 795 | 14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88) | 844 |
| 6.2. Regras referentes à composição | 795 | 15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88) | 849 |
| 6.3. Competências do Conselho | 797 | 16. Quadro sinótico | 850 |
| 6.4. Controle judicial da atuação do CNJ | 799 | 17. Questões | 857 |
| 6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça | 801 | 17.1. Questões objetivas | 857 |
| 7. Súmulas Vinculantes | 801 | 17.2. Questão discursiva | 858 |
| 7.1. Introdução | 801 | Gabarito – questões objetivas | 859 |
| 7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio | 801 | Gabarito – questão discursiva | 861 |
| 7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura | 803 | | |
| 7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade | 803 | CAPÍTULO 16 | |
| 7.3.2. Competência exclusiva | 803 | FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA | 863 |
| 7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais) | 803 | 1. Introdução | 863 |
| 7.3.4. Objeto | 804 | 2. Ministério Público | 863 |
| 7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante | 804 | 2.1. Introdução | 863 |
| 7.3.6. Aspectos procedimentais | 806 | 2.2. Natureza | 864 |
| 7.3.7. O efeito vinculante | 806 | 2.3. Princípios institucionais | 865 |
| 7.3.8. Cabimento da reclamação | 807 | 2.4. Ingresso na carreira | 868 |
| 8. Arquitetura do Poder Judiciário | 807 | 2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público | 869 |
| 8.1. Introdução | 807 | 2.6. Organização e composição do Ministério Público | 874 |
| 8.2. Órgãos de convergência | 807 | 2.7. Procurador-Geral da República | 875 |
| 8.3. Órgãos de superposição | 808 | 2.8. Procurador-Geral de Justiça | 878 |
| 8.4. Justiça comum | 808 | 2.9. Conselho Nacional do Ministério Público | 879 |
| 8.5. Justiça especial | 808 | 2.10. Funções Institucionais do Ministério Público | 881 |
| 9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88) | 809 | 2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos” | 883 |
| 9.1. Introdução | 809 | 2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas | 885 |
| 9.2. Composição | 809 | 3. Advocacia pública | 886 |
| 9.3. Atribuições | 811 | 3.1. Introdução | 886 |
| 9.3.1. Primeiras palavras | 811 | 3.2. Organização da Advocacia-Geral da União | 887 |
| 9.3.2. Inciso I – Competências originárias | 814 | 3.3. O Advogado-Geral da União | 888 |
| 9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária | 827 | 3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal | 889 |
| 9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária | 828 | 3.5. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos | 892 |
| 10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88) | 832 | 4. Advocacia privada | 893 |
| 10.1. Introdução | 832 | 4.1. Introdução | 893 |
| 10.2. Composição | 832 | 4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade | 893 |
| 10.3. Competências | 834 | 4.3. A inviolabilidade do advogado | 894 |
| 10.4. Competências comparadas | 835 | 4.4. Direitos do advogado | 895 |
| 11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88) | 837 | 5. Defensoria Pública | 896 |
| | | 5.1. Introdução | 896 |

| | | | | | |
|------|--|-----|---------|---|------|
| 5.2. | Notícias históricas..... | 897 | 6.1. | Introdução..... | 943 |
| 5.3. | Arquitetura e organização da Defensoria Pública..... | 899 | 6.2. | Controle concentrado no Brasil..... | 943 |
| 5.4. | Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública..... | 902 | 6.3. | Ação Direta de Inconstitucionalidade..... | 945 |
| 5.5. | Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública..... | 905 | 6.3.1. | Introdução..... | 945 |
| 5.6. | Legitimidade para a propositura de ação civil pública..... | 906 | 6.3.2. | Legitimidade ativa..... | 945 |
| 6. | Quadro comparativo..... | 906 | 6.3.3. | Parâmetro e objeto..... | 951 |
| 7. | Quadro sinótico..... | 907 | 6.3.4. | Procedimento..... | 958 |
| 8. | Questões..... | 912 | 6.3.5. | Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade..... | 962 |
| 8.1. | Questões objetivas..... | 912 | 6.3.6. | <i>Amicus curiae</i> | 965 |
| | Gabarito – questões objetivas..... | 914 | 6.3.7. | Medida cautelar..... | 968 |
| | | | 6.3.8. | Efeitos das decisões definitivas..... | 969 |
| | | | 6.3.9. | Possibilidade recursal..... | 976 |
| | | | 6.3.10. | Técnicas de decisão..... | 978 |
| | | | 6.4. | Ação Declaratória de Constitucionalidade..... | 981 |
| | | | 6.4.1. | Introdução..... | 981 |
| | | | 6.4.2. | Legitimidade ativa..... | 981 |
| | | | 6.4.3. | Parâmetro e objeto..... | 982 |
| | | | 6.4.4. | Competência..... | 982 |
| | | | 6.4.5. | Aspectos procedimentais..... | 982 |
| | | | 6.4.6. | Medida cautelar na ADC..... | 984 |
| | | | 6.4.7. | Decisão definitiva..... | 984 |
| | | | 6.5. | Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão..... | 985 |
| | | | 6.5.1. | Introdução..... | 985 |
| | | | 6.5.2. | Objeto..... | 986 |
| | | | 6.5.3. | Legitimidade ativa e passiva..... | 986 |
| | | | 6.5.4. | Procedimento..... | 987 |
| | | | 6.5.5. | Medida liminar..... | 987 |
| | | | 6.5.6. | Efeitos da decisão definitiva..... | 988 |
| | | | 6.6. | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental..... | 989 |
| | | | 6.6.1. | Introdução..... | 989 |
| | | | 6.6.2. | Legitimidade ativa..... | 990 |
| | | | 6.6.3. | Parâmetro..... | 990 |
| | | | 6.6.4. | Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto..... | 991 |
| | | | 6.6.5. | Espécies de ADPF..... | 993 |
| | | | 6.6.6. | Medida cautelar na ADPF..... | 995 |
| | | | 6.6.7. | Decisão definitiva..... | 996 |
| | | | 6.6.8. | Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF..... | 997 |
| | | | 7. | Quadro sinótico..... | 998 |
| | | | 8. | Questões..... | 1008 |
| | | | 8.1. | Questões objetivas..... | 1008 |
| | | | 8.2. | Questão discursiva..... | 1010 |

CAPÍTULO 17**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 917**

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Introdução..... | 917 |
| 2. | Tipologia da inconstitucionalidade..... | 918 |
| 2.1. | Introdução..... | 918 |
| 3. | Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade..... | 924 |
| 4. | Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade..... | 924 |
| 4.1. | Introdução..... | 924 |
| 4.2. | Quanto à natureza do órgão..... | 925 |
| 4.3. | Quanto ao momento do controle..... | 925 |
| 4.4. | A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro..... | 926 |
| 4.5. | Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle..... | 930 |
| 4.6. | Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle..... | 931 |
| 5. | Controle difuso de constitucionalidade..... | 932 |
| 5.1. | Introdução..... | 932 |
| 5.2. | Primeiras palavras..... | 932 |
| 5.3. | O Controle difuso nos Tribunais..... | 934 |
| 5.4. | Efeitos da decisão..... | 936 |
| 5.4.1. | Introdução..... | 936 |
| 5.4.2. | Efeitos quanto ao aspecto temporal..... | 937 |
| 5.4.3. | Efeitos quanto ao aspecto subjetivo..... | 938 |
| 5.5. | A atuação do Senado Federal no controle difuso..... | 939 |
| 5.6. | A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso..... | 939 |
| 5.7. | Tipos de ações no controle difuso..... | 941 |
| 5.7.1. | Introdução..... | 941 |
| 5.7.2. | O controle difuso e a ação civil pública..... | 941 |
| 6. | Controle concentrado..... | 943 |

| | |
|-------------------------------------|------|
| Gabarito – questões objetivas | 1010 |
| Gabarito – questão discursiva..... | 1013 |

CAPÍTULO 18

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS 1015

| | |
|---|------|
| 1. Introdução | 1015 |
| 2. Competência..... | 1016 |
| 3. Objeto..... | 1016 |
| 4. Parâmetro..... | 1017 |
| 4.1. Introdução | 1017 |
| 4.2. Constituição Estadual como parâmetro | 1017 |
| 4.3. Constituição Federal como parâmetro | 1018 |
| 5. Legitimação | 1019 |
| 6. Ações possíveis em âmbito estadual | 1021 |
| 7. Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça | 1021 |
| 8. Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade | 1023 |
| 9. Quadro sinótico | 1025 |
| 10. Questões..... | 1027 |
| 10.1. Questões objetivas | 1027 |
| Gabarito – questões objetivas | 1028 |

CAPÍTULO 19

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1035

| | |
|--|------|
| 1. Introdução | 1035 |
| 2. Da defesa das instituições democráticas | 1036 |
| 3. Estado de Defesa | 1037 |
| 3.1. Introdução | 1037 |
| 3.2. Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação)..... | 1038 |
| 3.3. Titularidade | 1038 |
| 3.4. Requisitos (condições de forma) | 1038 |
| 3.5. Procedimento | 1038 |
| 3.6. Medidas coercitivas..... | 1039 |
| 3.7. Controle..... | 1039 |
| 4. Estado de Sítio | 1041 |
| 4.1. Introdução | 1041 |
| 4.2. Hipóteses de decretação | 1041 |
| 4.3. Titularidade | 1041 |
| 4.4. Requisitos | 1041 |
| 4.5. Procedimento e prazo | 1042 |
| 4.6. Restrições de Direitos..... | 1042 |
| 4.7. Controle..... | 1043 |
| 5. Forças Armadas | 1044 |
| 5.1. Introdução | 1044 |

| | |
|--|------|
| 5.2. Missões constitucionais das Forças Armadas | 1044 |
| 5.3. Características | 1047 |
| 6. Segurança Pública..... | 1051 |
| 6.1. Introdução..... | 1051 |
| 6.2. Órgãos de segurança pública – alguma arquitetura | 1052 |
| 6.3. Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União | 1054 |
| 6.4. Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados | 1055 |
| 6.5. A segurança pública no Distrito Federal | 1058 |
| 6.6. A segurança pública nos Municípios | 1058 |
| 6.7. A segurança pública nos Territórios Federais | 1061 |
| 6.8. Direito de greve e carreiras de segurança pública..... | 1061 |
| 7. Quadro sinótico | 1062 |
| 8. Questões..... | 1067 |
| 8.1. Questões objetivas | 1067 |
| Gabarito – questões objetivas | 1068 |

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA..... 1071

| | |
|--|------|
| 1. Introdução | 1071 |
| 2. Princípios gerais da ordem econômica | 1072 |
| 3. Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição | 1079 |
| 3.1. Art. 171..... | 1079 |
| 3.2. Art. 172..... | 1079 |
| 3.3. Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico..... | 1080 |
| 3.4. Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico..... | 1083 |
| 3.5. Arts. 182 e 183: política urbana | 1084 |
| 3.6. Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária..... | 1085 |
| 3.7. Art. 192: sistema financeiro nacional | 1087 |
| 4. Quadro sinótico | 1088 |
| 5. Questões..... | 1089 |
| 5.1. Questões objetivas | 1089 |
| Gabarito – questões objetivas | 1091 |

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL..... 1097

| | |
|-------------------------------|------|
| 1. Introdução | 1097 |
| 2. Da seguridade social | 1098 |
| 2.1. Notícias históricas..... | 1098 |
| 2.2. Definição | 1099 |
| 2.3. Financiamento..... | 1099 |
| 2.4. Objetivos | 1099 |
| 2.5. Saúde..... | 1100 |
| 2.6. Previdência Social..... | 1106 |

SUMÁRIO

| | | | |
|--|------|---|-------------|
| 2.7. Assistência Social..... | 1107 | 8. Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88)..... | 1129 |
| 3. Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF/88)..... | 1108 | 9. Quadro sinótico | 1133 |
| 4. Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-B, CF/88) | 1118 | 10. Questões..... | 1135 |
| 5. Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88) ... | 1120 | 10.1. Questões objetivas | 1135 |
| 6. Do meio ambiente | 1122 | 10.2. Questões discursivas | 1137 |
| 7. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso | 1124 | Gabarito – questões objetivas | 1138 |
| | | Gabarito – questões discursivas | 1141 |
| | | BIBLIOGRAFIA..... | 1143 |